



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

**CURSO DE FORMAÇÃO INTRODUTÓRIA PARA SERVIÇOS PENAIIS/ AULA
INAUGURAL – O SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL E NO MUNDO:
PERSPECTIVAS DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA.**



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR.
Use 3805097.25447154-6333 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3805097.25447154-6333>
Documento gerado por SÍDALIA DO AMARAL FERREIRA *Data e hora: 06/11/2023 11:25



T_JPAMEM202352077





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	
SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE: Escola Judicial do Estado do Pará	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA – JEFERSON ANTÔNIO FERNANDES BACELAR	
MATRÍCULA: 191736	TELEFONE: (91) 3110-6815
E-MAIL: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br	

1. Justificativa da necessidade da contratação

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, por meio do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, celebram no ano de 2018, o projeto de cooperação técnica internacional BRA/18/19 – Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo, denominado à época Justiça Presente.

Desde a sua concepção, o Programa, que atua no âmbito do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário e Socioeducativo – DMF do CNJ, possui 5 (cinco) eixos temáticos, cada um destes com ações específicas dentro do escopo estabelecido na parceria entre as instituições mencionadas.

Em setembro de 2020, o Programa foi renovado e, em perspectiva de continuidade das ações em curso, assumiu a denominação de Fazendo Justiça, o qual possui ações voltadas para a qualificação e ampliação dos serviços que atuam no ciclo penal completo. Deste modo, especificamente no âmbito do Eixo 1 – Proporcionalidade Penal, destaca-se o fortalecimento de iniciativas em relação ao acompanhamento e à gestão dos serviços que incidem na porta de entrada do sistema prisional, notadamente do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada – APEC, bem como os serviços das alternativas ao encarceramento, Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica de Pessoas e a metodologia das Centrais de Regulação de Vagas Prisionais.

Neste sentido, tendo em vista a aposta em um formato que reconhece a necessidade do aporte técnico e a formação introdutória para profissionais em atuação em serviços penais, o CNJ apresenta aos Tribunais um plano pedagógico





para a formação das equipes que atuam nestes serviços penais, enfatizando as diferenças metodológicas e a compreensão apurada da interface entre essas políticas, a fim de que os profissionais possam se atualizar e a partir de trocas de experiências responder aos desafios que a atuação neste campo demanda.

A presente formação possui o intuito de promover a qualificação e a imersão aos profissionais que atuam no Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada, nos serviços de acompanhamento às alternativas penais (Centrais Integradas de Alternativas Penais – CIAPs, Varas Criminais, Varas Especializadas, Varas com competência mista e as Varas de Execução Penal, grupos reflexivos, Centrais Integradas de Monitoração Eletrônica de Pessoas, bem como na Central de Regulação de Vagas Prisionais.

O curso de formação inicial possibilitará aos participantes conhecerem os princípios e metodologias das alternativas penais, do serviço de atendimento à pessoa custodiada (APEC) e dos grupos reflexivos, promovendo, junto aos sujeitos que atuam na área, a apropriação de metodologias e técnicas que assegurem a gradativa diminuição do encarceramento no Brasil, com ênfase na promoção de uma articulação qualificada entre os diversos serviços penais e o Poder Judiciário, com vistas ao devido encaminhamento para a rede de proteção social.

2. Alinhamento com o Planejamento Estratégico e informar se consta no Plano de Contratações do TJPA, e, na ausência, justificar e informar as providências tomadas para a atualização do Plano

A presente demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará (2021-2026), vinculada ao Macrodesafio: Agilidade e Produtividade na prestação jurisdicional, visando implementar a etapa 3.7.3 que trata da elaboração de cursos de capacitação para magistrados(as) e servidores(as) que versem sobre rotinas padronizadas de trabalho. A presente ação apesar de não constar no Plano de Contratações da Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará, EJPA, para o exercício de 2023, é uma ação imprescindível para o alcance das Metas do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Socioeducativo (GMF/TJPA) criado por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), seguindo as diretrizes da Resolução Nº 96 de 27/10/2009, e sua organização e o funcionamento pela resolução nº 214/2015,





considerando a necessidade de atualizar as diretrizes dos GMFs, a fim de fortalecer, de qualificar e de instrumentalizar sua atuação, bem como aprimorar o alinhamento com o DMF/CNJ foi criada a resolução nº 368 de 20/01/2021. No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, foi instituído pela Portaria nº 3296/2014-GP, e reestruturado pela Portaria nº 2267/2021-GP.

A demanda entrará no item EJ4A23 do plano de contratações do Poder Judiciário do Estado do Pará para o ano de 2023. O presente documento será regido pela Lei de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

3. Quantidade de bem / serviço a ser contratada

Serviço de capacitação na modalidade de ensino presencial, com a utilização de ferramentas tecnológicas, para magistrados e magistradas, servidores e servidoras do TJPA.

4. Previsão da data em que deve ser iniciado o fornecimento dos bens / a prestação dos serviços

28 de novembro de 2023.

Carga horária: 5 horas

5. Indicação dos integrantes das equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação

5.1. Equipe de planejamento da contratação

Integrante Demandante

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Matrícula: 191736

Telefone: (91) 3110-6827

E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br

Integrante Técnico

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 87173

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

5.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar Matrícula: 191736 Telefone: (91) 3110-6815 E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br
Fiscal Demandante Nome: Michelle Ribeiro Corrêa Matrícula: 87173 Telefone: (91) 3110-6812 E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br
Fiscal Técnico Nome: Michelle Ribeiro Corrêa Matrícula: 87173 Telefone: (91) 3110-6812 E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

Belém, 28 de setembro de 2023.

Responsável pela Formalização da Demanda
Diretor de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará
Jeferson Antônio Fernandes Bacelar



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR.
Use 3805097.25447154-6333 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3805097.25447154-6333>
Documento gerado por SÍDALIA DO AMARAL FERREIRA *Data e hora: 06/11/2023 11:25



T_JPAMEM202352077

